



Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira

Departamento de contabilidade

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA

Rua Juvenal Marcondes Zanardini

Departamento de contabilidade

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Juliano Barauce De Oliveira

DIRETOR PRESIDENTE

João Jeives Pinheiro

CONTADOR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. NATUREZA JURÍDICA

O Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 07.681.157/0001-79.

1.2 DOMICÍLIO

Rua Juvenal Marcondes Zanardini n 02.

1.3 NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, autarquia municipal de caráter contributivo e solidário. Tem por finalidade garantir o custeio do sistema de previdência dos servidores públicos do município de Palmeira -PR.



As atividades do Regime Próprio de Previdência Social, estão amparadas pelas leis nº 2404/2005 (reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social), Lei nº 5913/2024 (Reorganizou o Regime Próprio de Previdência Social), lei nº 5.345/2021 (Plano Plurianual - PPA 2022-2025), lei nº 5.924/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias- 2025), lei nº 6.010/2024 (Lei orçamentaria anual – 2025).

1.4 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS.

As Demonstrações Contábeis são compostas por Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). As Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis. As Demonstrações Contábeis do RPPS de Palmeira/PR foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, com a Lei Federal nº. 4.320/1964, a Lei Complementar nº. 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC SP Estrutura Conceitual). As Demonstrações Contábeis do Regime próprio de Previdência Social de Palmeira foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Pública Elotech e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Regime Próprio de Previdência Social. Essas demonstrações e notas explicativas se referem ao exercício financeiro de 2025, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo apresentadas em Reais (R\$), demonstrado pelo valor nominal de cada conta.



2.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A contabilidade patrimonial é elaborada em conformidade com o regime de competência, enquanto a execução orçamentária observa os critérios estabelecidos pela Lei nº 4.320/1964, sendo as receitas reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime do empenho.

Os investimentos financeiros são mensurados pelo valor de mercado, observadas as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social e a Política Anual de Investimentos.

Os adiantamentos concedidos aos servidores para despesas de pequeno vulto e de pronto atendimento estão sujeitos à obrigatoriedade de prestação de contas, mediante apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas.

Os bens imóveis são reconhecidos e mensurados pelo custo histórico de aquisição.

A avaliação atuarial do RPPS é realizada de acordo com os regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, conforme a natureza dos benefícios previdenciários.

3.0 INFORMAÇÕES DE SUPORTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas em confronto com as arrecadadas e as despesas fixadas em confronto com as executadas, evidenciando o resultado da execução orçamentária do exercício.

3.1.1 REGIME ORÇAMENTARIO

A execução orçamentária observa o regime previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pelo qual a receita orçamentária é reconhecida no momento de sua arrecadação (regime de caixa) e a despesa orçamentária no momento do empenho.

3.1.2 PERIODO QUE SE REFERE O ORÇAMENTO

O orçamento se refere ao exercício de 2025.

3.1.3 ENTIDADE ABRANGIDA

Regime Próprio de Previdência Social

3.1.4 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No exercício financeiro de 2025, o RPPS arrecadou receitas no montante de R\$ 51.235.573,49 e empenhou despesas no valor de R\$ 40.618.766,35, apurando um superávit orçamentário de R\$ 10.616.807,14.

DESCRIÇÃO	% VARIAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Receita orçamentária	18,32%	51.235.573,49	41.844.113,56
Despesa orçamentária	9,38%	40.618.766,35	36.806.502,33
Resultado orçamentário		10.616.807,14	5.037.611,23
Fonte: sistema elotech			

3.1.5 DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Refere-se às contribuições patronais, taxa administrativa e aportes do déficit atuarial repassadas pelo poder executivo, legislativo e administração indireta.

- Contribuição patronal R\$ 8.858.058,50
- Aporte do déficit atuarial R\$ 16.632.681,27
- Receita de serviços de administração previdenciárias R\$ 1.938.912,87

Despesas intraorçamentárias

Contribuição patronal R\$ 54.740,66

Aporte do déficit atuarial R\$ 144.660,01

Receita e despesa intraorçamentaria	Receitas	Despesas
Contribuição patronal	8.858.058,50	54.740,66
Aporte do déficit atuarial	16.632.681,27	144.660,01
Receita de serviços	1.938.912,87	-
Total	27.429.652,64	199.400,67

3.1.6 DETALHAMENTO DA DESPESA EXECUTADA POR TIPOS DE CREDITOS

Durante a execução do Orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43, da Lei nº. 4.320/64 e art. 167, da Constituição Federal. No exercício financeiro de 2025, as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição: ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

descrição	superavit financeiro	anulação dotação	exce. de arrecadação	total
Credito adic. suplementar	5.498.864,00	100.000,00	2.015.000,00	7.613.864,00
Credito adic. especial	17.351,12	-	-	17.351,12
total	5.516.215,12	100.000,00	2.015.000,00	7.631.215,12

Fonte: sistema elotech

3.1.7 UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Foram abertos créditos adicionais com base no superavit financeiro no valor de R\$ 5.516.215,12. Bem como abertura de credito adicionais com base em excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.015.000,00 e com anulação de dotação no valor de R\$ 100.000,00. Não foi utilizado crédito extraordinário e operações de crédito no exercício financeiro de 2025.

3.1.8 INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício, sendo processadas em:

Restos a pagar não processados são as despesas empenhadas e não liquidadas até 31 dezembro. Restos a pagar processados são as despesas que passaram pelo estágio de empenho e liquidação e só faltando o pagamento. Os restos a pagar processados inscrito foi no montante de R\$ 7.632,91. Os restos a pagar não processados foi de R\$ 68.193,05 conforme demonstra a tabela abaixo.



	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	RESTOS A PAG	RESTOS A PAG
<u>DESPESAS ORÇAMENTARIA</u>	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	N Processados	processados
	(f)	(g)	(h)		
DESPESAS CORRENTES	40.500.888,79	40.432.695,74	40.425.062,83	68.193,05	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.626.145,66	39.626.145,66	39.618.512,75	-	7.632,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	-	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	874.743,13	806.550,08	806.550,08	68.193,05	
DESPESAS DE CAPITAL	117.877,56	117.877,56	117.877,56	-	-
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	117.877,56	117.877,56	117.877,56	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	40.618.766,35	40.550.573,30	40.542.940,39	68.193,05	7.632,91

3.1.9 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Não houve execução de restos a pagar de exercícios anteriores no exercício de 2025.

3.2 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição.

3.2. 1 INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam- se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhes.

Ingressos orçam.	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Recursos ordinários	R\$ 2.212.876,60	R\$ 1.596.225,42	27,86%
Recursos vinculados	R\$ 49.022.696,89	R\$ 40.247.888,14	17,89%
TOTAL	R\$ 51.235.573,49	R\$ 41.844.113,56	18,25%

Fonte: sistema elotech.

3.2.2 DISPÊNDIO ORÇAMENTÁRIO

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei nº 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extra orçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.

Dispêndio orçament.	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Recursos ordinários	R\$ 1.498.052,20	R\$ 1.661.462,05	-10,90%
Recurso vinculados	R\$ 39.120.714,15	R\$ 35.145.040,28	10,16%
TOTAL	40.618.766,35	R\$ 36.806.502,33	9,38%

3.2.3 INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Compreendem ingressos, a exceção da inscrição de restos a pagar, de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual. Por serem constituídos por ativos financeiros recebíveis e passivos financeiros exigíveis, os ingressos extraorçamentários em geral não provocam alterações na situação líquida patrimonial.

Ingressos extra.	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Inscrições em restos a pagar processados	R\$ 7.632,91	R\$ 12.629,68	-39,56%
Inscrições em restos a pagar não processados	R\$ 68.193,05	R\$ 67.473,65	1,07 %
Valores restituíveis	R\$ 11.393.530,86	R\$ 10.146.818,10	10,94%
TOTAL	R\$ 11.469.356,82	R\$ 10.226.921,43	10,83%

Fonte: sistema elotech



Os valores restituíveis e outros recebimentos extraorçamentários correspondem aos ingressos de recursos, inclusive mediante retenções ocorridas sobre pagamentos efetuados pelo Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

3.2.4 DISPÊNDIO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Compreendem dispêndios que não constam na Lei Orçamentária Anual, correspondendo às saídas de numerários decorrentes dos pagamentos de Restos a Pagar, devoluções ou recolhimento das obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (passivos exigíveis financeiros).

Dispêndio extra.	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Pag. Restos a pagar processados	R\$ 12.629,68	R\$ 8.788,64	30,41%
Pag. Restos a pagar não processados	R\$ 47.154,20	R\$ 50.256,93	-6,57%
Valores restituíveis	R\$ 11.297.768,69	R\$ 9.974.039,13	11,71%
TOTAL	R\$ 11.357.552,57	R\$ 10.033.084,70	11,16%

FONTE: sistema elotech

Os valores restituíveis e outros pagamentos extraorçamentários correspondem aos dispêndios de recursos, inclusive mediante aos pagamentos de retenções efetuadas aos Órgãos e Entidades do Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

3.2.5 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro de 2025 foi de R\$ 9.212.802,76 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano e no início do ano.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em espécie para exercício seguinte	R\$ 51.442.512,89	R\$ 42.229.748,42



(-) Saldo em espécie do exercício anterior	R\$ 42.229.748,42	R\$ 39.484.303,84
Resultado financeiro do exercício	R\$ 9.212.802,76	R\$ 2.745.444,58

Fonte: sistema elotech

3.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição, sendo composto pelo. Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

3.3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os ingressos nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade, e ainda os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 1.347.768,59	R\$ 1.199.998,55

Fonte: sistema elotech

3.3.2 DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Demais Créditos estão avaliados pelo valor de recebimentos, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a pessoal	R\$ 1.303,15	R\$ 256,36

Créditos previdenciários a receber	-	R\$ 276.659,75
------------------------------------	---	----------------

3.3.3. INVESTIMENTOS E APLICAÇÃO TEMPORÁRIA A CURTO PRAZO.

Compreendem as aplicações de recursos do RPPS segundo a resolução 4963/2021.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros títulos e valores imobiliários	R\$ 36.229.984,64	R\$ 27.031.477,33
Títulos públicos	-	R\$ 3.080.737,30
Fundo de índice a mercado renda fixa	R\$ 957.865,43	R\$ 828.349,29
Fundo de investimento em renda fixa	R\$ 3.684.745,71	R\$ 7.303.279,93
Fundo de investimento em ações	R\$ 1.979.986,78	R\$ 1.294.864,98
Fundo de investimento de classe ações BDR – nível 1	R\$ 1.317.767,15	R\$ 1.191.180,02
Fundo de investimento em participações	-	R\$ 13.344,92
Aplicação de fundos em segmento imobiliário	R\$ 87.587,61	R\$ 88.611,53
Outros investimentos	R\$ 50.474,76	R\$ 197.866,28
Aplicações com a taxa de administração do RPPS	R\$ 551.892,66	-
Total	R\$ 44.860.304,74	R\$ 41.029.711,58

Fonte: sistema elotech

A carteira de investimento do RPPS de Palmeira, tem como objetivo a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, e busca aplicar os recursos em operações com segurança,



liquidez e rentabilidade, e todas as alocações e realocações em investimento de recursos previdenciários atendem ao disposto na Política Anual de Investimentos e à Resolução nº 4963/2021 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações. Os Relatórios de Investimentos de 2025 e a Política Anual de Investimentos estão disponíveis no site do Instituto de Previdência de Palmeira no endereço https://rppspalmeira.com.br/author/rpps_palmeira/.

3.3.4 ESTOQUES

O RPPS não possui estoques de mercadorias.

3.3.5 ATIVOS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

De acordo com MCASP 10ª Edição, compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Crédito previdenciário parcelado	R\$ 15.385.486,39	R\$ 16.842.040,75
Crédito previdenciário parcelado - patronal	R\$ 38.370.223,80	R\$ 38.966.913,30
Crédito para amortização do déficit atuarial.	R\$ 468.675.899,11	R\$ 381.169.577,58
Títulos públicos a longo prazo	R\$ 5.234.439,56	-
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	R\$ 9.823,13	R\$ 9.823,13

Fonte: sistema elotech

- Créditos previdenciários a receber respectivamente R\$ 15.385.486,39 e R\$ 38.370.223,80, referente ao acordo de parcelamento 0555/2015.
- Créditos para amortização do déficit atuarial refere – se valor atual dos aportes para cobertura do déficit atuarial, conforme relatório de avaliação atuarial de 2025.

-Títulos públicos de longo prazo NTB- N 2035.

3.3.6 IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bens móveis	R\$ 195.140,54	R\$ 195.140,54
Máquinas e aparelhos equipamentos e ferramentas	R\$ 41.080,89	R\$ 41.080,89
Bens de informática	R\$ 68.250,23	R\$ 68.250,23
Móveis e utensílios	R\$ 56.931,32	R\$ 56.931,32
Materiais culturais educacionais e de comunicação	R\$ 3.578,10	R\$ 3.578,10
Veículos	R\$ 25.300	R\$ 25.300
Bens imóveis	R\$ 6.341.719,00	R\$ 6.341.719,00
Bens de uso especial	R\$ 2.101.000,00	R\$ 2.101.000,00
Bens dominicais	R\$ 4.240.719,00	R\$ 4.240.719,00

Fonte: sistema elotech

Esta tabela demonstra os valores do Ativo Imobilizado distribuído em seus subgrupos específicos.

Os bens móveis e imóveis foram mensurados com base no Custo Histórico na data de aquisição. Quando um ativo imobilizado é adquirido por meio de uma compra, seu valor



contábil será o custo de aquisição, ou seja, o gasto cobrado pelo fornecedor do bem e quaisquer desembolsos até seu pleno funcionamento.

3.3.7 PASSIVO CIRCULANTE

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	R\$ 7.632,91	R\$ 8.198,68
Contribuições a RPPS	R\$ 7.632,91	R\$ 8.198,68
Fornecedores e contas a pagar	-	R\$ 4.431,00
Fornecedores a pagar	-	R\$ 4.431,00
Demais fornecedores a pagar	-	R\$ 494,00
Consignações	R\$ 1.289.263,57	R\$ 1.193.515,47
Depósito de recursos judiciais	R\$ 900,16	R\$ 886,09
Outras consignações	R\$ 5.136,00	R\$ 5.136,00

Fonte: sistema elotech

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Segundo o MCASP 10ª edição, compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.



Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

3.3.8 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a LP	R\$ 234.004,40	R\$ 458.411,89
Contribuições sociais- debito parcelado	R\$ 234.004,40	R\$ 458.411,89
Provisões a longo prazo	R\$ 580.215.812,47	R\$ 536.164.086,90
Fundo em capitalização – provisões de benefícios concedidos	R\$ 447.247.717,93	R\$ 401.078.407,57
Fundo em capitalização – provisões de benefícios a conceder	R\$ 132.968.094,54	R\$ 135.085.679,33

Fonte: sistema elotech

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas,

pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

A contribuição de débitos parcelados refere-se ao parcelamento do Pasep junto a receita federal.

Provisão a longo prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

3.3.9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	R\$ 50.748.843,74	R\$ 11.348.956,73
Resultados de exercícios anteriores	R\$ -52.079.485,24	R\$ -63.401.204,21
Ajuste de exercícios anteriores	-	R\$ -27.237,76
Total	R\$ -1.330.641,50	R\$ -52.079.485,24

Fonte: sistema elotech

O Patrimônio Líquido do RPPS é composto pelos resultados acumulados, compreendendo o resultado do exercício, os resultados de exercícios anteriores e, quando existentes, os ajustes de exercícios anteriores. Em 31/12/2025, os resultados acumulados totalizaram R\$ - 1.330.641,50, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

descrição	31/12/2025	31/12/2024
Variação patrimonial aumentativa	R\$ 94.124.941,38	R\$ 440.503.187,50
Variação patrimonial diminutiva	R\$ 43.376.097,64	R\$ 429.154.230,77
Resultado patrimonial	R\$ 50.748.843,74	R\$ 11.348.956,73

Fonte: sistema elotech



As Provisões Matemáticas Previdenciárias registradas no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão matemática previdenciárias	R\$ 580.215.812,47	R\$ 536.164.086,90
Reversão de provisão matemática previdenciária	-	-
total	R\$ 580.215.812,47	R\$ 536.164.086,90

3.3.10 QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então apresentado o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes em atendimento ao disposto na referida lei. Sua composição está discriminada abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo financeiro	R\$ 51.442.551,18	R\$ 42.229.748,42
Ativo permanente	R\$ 528.979.556,83	R\$ 443.525.432,37
Total do ativo	R\$ 580.422.108,01	R\$ 485.755.180,79
Passivo financeiro	R\$ 1.378.228,19	R\$ 1.283.739,67
Passivo permanente	R\$ 580.449.816,87	R\$ 536.622.498,79
Total do passivo	R\$ 581.828.045,06	R\$ 537.906.238,46
Saldo patrimonial	R\$ -1.405.937,05	R\$ -52.151.057,67

Fonte: sistema elotech



Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º. O superávit Financeiro de 2025 foi de R\$ 50.064.322,99

3.4 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A seguir, encontram-se as tabelas comparativas dos desempenhos apurados em 31/12/2025,



comparados ao mesmo período do ano anterior, para as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Variação patrimonial aumentativa	R\$ 94.124.941,38	R\$ 440.503.187,50
Contribuições	R\$ 17.837.579,47	R\$ 15.122.057,37
Contribuições sociais	R\$ 17.837.579,47	R\$ 15.122.057,37
Exploração de bens, serviços e direitos	R\$ 46.227,56	R\$ 21.232,56
Exploração de bens, serviços e direitos	R\$ 46.227,56	R\$ 21.232,56
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	R\$ 11.728.510,81	R\$ 7.793.985,67
Juros e encargos de mora	R\$ 2.413.457,40	R\$ 2.093.326,14
Remuneração de depósito bancários e aplicação financeira	R\$ 7.269.610,61	R\$ 4.241.682,19
Outras variações patrimoniais aumentativas - financeiros	R\$ 2.045.442,80	R\$ 1.458.977,34
Transferência e delegações recebidas	R\$ 16.632.681,27	R\$ 14.986.329,36
Transferência intragovernamental	R\$ 16.632.681,27	R\$ 14.986.329,36
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	-	R\$ 1.713.036,68
Reavaliação de ativos	-	R\$ 1.713.036,68
Outras variações patrimoniais aumentativas	R\$ 47.879.942,27	R\$ 400.866.545,86



Resultado positivo de participações	R\$ 63.411,45	R\$ 86.576,13
Reversão de provisões e ajuste de perdas	R\$ 44.239.392,32	R\$ 398.572.365,37
Diversas variações patrimoniais aumentativas	R\$ 3.577.138,50	R\$ 2.207.604,36
Variações patrimonial diminutiva	R\$ 43.376.097,64	R\$ 429.154.230,77
Pessoal e encargos	R\$ 34.439.719,09	R\$ 31.052.833,05
Remuneração a pessoal	R\$ 34.258.146,46	R\$ 30.669.320,56
Encargos patronais	R\$ 181.572,63	R\$ 383.512,49
Benefícios previdenciários e assistenciais	R\$ 5.313.258,54	R\$ 4.947.958,21
Aposentadorias e reformas	-	R\$ 1.481,69
Pensões	R\$ 2.521.814,83	R\$ 2.436.327,58
Outros benefícios tributários e assistências	R\$ 2.791.443,71	R\$ 2.510.148,94
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	R\$ 351.873,74	R\$ 314.102,90
Uso de material de consumo	-	R\$ 3.640,35
Serviços	R\$ 351.873,74	R\$ 310.462,55
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	-	R\$ 1.790,23
Outras variações patrimoniais diminutivas - financeiras	-	R\$ 1.790,23
Transferências e delegações concedidas	R\$ 224.691,46	R\$ 214.079,72
Transferências intragovernamentais	R\$ 144.660,01	R\$ 130.341,14

Transferências inter governamentais	R\$ 80.031,45	R\$ 83.738,58
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	R\$ 1.516.383,61	R\$ 2.486.003,42
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perda	R\$ 1.516.383,61	R\$ 2.486.003,42
Tributárias	R\$ 148.685,34	R\$ 126.906,85
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	R\$ 148.685,34	R\$ 126.906,85
Outras variações patrimoniais diminutivas	R\$ 1.381.485,86	R\$ 390.010.556,39
VPD de constituição de provisões	R\$ 784.796,36	R\$ 389.861.993,99
Diversas variações patrimoniais diminutivas	R\$ 596.689,50	R\$ 148.562,40
Resultado patrimonial	R\$ 50.748.843,74	11.348.956,73

Fonte: sistema elotech

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, saldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social

não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

3.4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi gerada pelo sistema contábil, porém, durante a conferência dos demonstrativos, foi identificada divergência em relação aos saldos de caixa constantes do Balanço Financeiro. Foi solicitado suporte à empresa responsável pelo sistema para verificação e ajuste da demonstração.

Assinado por:
João Jeives Pinheiro
,,019-85 04/09/2026 - 14:48
ATJTEU9XQ1S0NOV3SSMN2Q

João Jeives Pinheiro

Contador

CRC-PR nº PR-080896/O-0

